

**COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOR O CÓDIGO BRASILEIRO DE  
ENERGIA ELÉTRICA**

**REQUERIMENTO Nº                      DE 2019**  
**(do Sr. Lafayette de Andrada)**

Solicita informações ao Senhor  
Ministro de Estado de Minas e  
Energia sobre os beneficiados da  
CDE no Brasil.

Senhor Presidente,

O Deputado Federal que abaixo subscreve requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115, 116 e 226, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhada ao Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL **requerimento de informação** no sentido de discriminar quais são os beneficiados da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) por cada distribuidora em todo o Brasil, nos anos de 2018 até a presente data em 2019.

Sala das Sessões, em                      de outubro de 2019.

**Lafayette de Andrada**

Relator da Comissão Especial do Código Brasileiro de Energia Elétrica  
Deputado Federal – Republicanos/MG

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi introduzida em nosso ordenamento jurídico pela Lei 10.438/2002, e consiste em uma conta cuja arrecadação é usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas.

Parte dos recursos provenientes da Conta também é repassada para a universalização da energia elétrica no País. O custo da CDE é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado. Os dos Sistemas Isolados estão isentos desse custo.

As distribuidoras de energia são obrigadas a recolher, mensalmente, sua cota, que, por força da legislação atual, tem que ser homologada pela Aneel. O valor da cota é proporcional ao mercado atendido por cada empresa. O desembolso que as distribuidoras fazem para bancar a Conta é repassado aos consumidores por meio das tarifas. Isso acontece por ocasião do reajuste tarifário anual ou da revisão tarifária periódica das empresas.

Portanto, tendo em vista a discussão do Código Brasileiro de Energia Elétrica, do qual sou relator, faz-se necessário quantificar o impacto da CDE no Brasil, a fim de subsidiar o nosso trabalho.